

## Políticas sociais e o MGTV – 2ª edição: análise do agendamento das políticas sociais no telejornalismo uberlandense<sup>1</sup>

Bianca Mara Guedes de SOUZA<sup>2</sup>

Daniel Affonso Montandon POMPEU<sup>3</sup>

Marcela Salvador PISSOLATO<sup>4</sup>

Ana Cristina SPANNENBERG<sup>5</sup>

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

### RESUMO

O presente artigo faz parte do projeto “Políticas Sociais em pauta: Mapeamento de notícias sobre políticas públicas sociais na mídia de Uberlândia/MG” e apresenta os resultados de uma pesquisa que tem como intenção investigar como e quando são retratadas as políticas sociais no jornalismo uberlandense, a partir de observação sistemática de fatos geradores, fontes entrevistadas e citadas, destaques e formas de abordagem presentes no telejornal MGTV – 2ª edição em Uberlândia. A metodologia adotada é a Análise de Conteúdo para que se possa observar o agendamento midiático da temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas sociais; jornalismo; agendamento; análise de conteúdo; MGTV.

### INTRODUÇÃO

A discussão sobre políticas sociais remonta ao século XIX, muito embora a aplicação desse conceito acontece, principalmente, a partir da quebra da bolsa estadunidense e consequente crise econômica mundial dela decorrente, em 1929 e, posteriormente, no período de reestruturação econômica pós Segunda Guerra Mundial. De forma simplificada defini-se políticas públicas como as ações que fazem parte da responsabilidade estatal desde a constituição dos Estados Modernos e as políticas públicas sociais como aquelas “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio para a redistribuição dos benefícios sociais visando a

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 17 a 19 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do projeto “Jovens Talentos para a Ciência 2014” (contemplado pelo Edital 26/2014 Capes), email: [biancaguedes@gmail.com](mailto:biancaguedes@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do projeto “Políticas sociais: um olhar sobre o jornal Correio de Uberlândia” (contemplado pelo Edital 01/2015 Pibic/CNPq/UFU), email: [danpomp@gmail.com](mailto:danpomp@gmail.com)

<sup>4</sup> Estudante do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista do projeto “Políticas Sociais na mídia uberlandense: Mapeamento de notícias sobre políticas públicas sociais no portal de notícias G1 Triângulo” (contemplado pelo Edital 01/2015 Pibic/CNPq/UFU), email: [marcela.pissolato@hotmail.com](mailto:marcela.pissolato@hotmail.com)

<sup>5</sup> Jornalista, professora do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFU, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA/2004) e doutora em Ciências Sociais (UFBA/2009), coordenadora do projeto “Políticas Sociais em pauta: Mapeamento de notícias sobre políticas públicas sociais na mídia de Uberlândia/MG” (contemplado pelo Edital 01/2015 Pibic/CNPq/UFU), email: [anaspann@gmail.com](mailto:anaspann@gmail.com)

diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖFLING, 2001, p.31).

Nacionalmente é a partir do governo Vargas que ações de políticas públicas sociais começam a ganhar o cenário, passando pelo governo militar e ganha visibilidade ampliada com a Carta Constitucional de 1988 (SARAIVA e CARVALHO, 2012). Desde então, a temática das políticas sociais tomaram posição de destaque, tanto na academia, quanto como ação pública, que em diferentes quantidades foi abraçada como parte da política de governo pelos ocupantes do Poder Executivo após o processo de redemocratização iniciado em 1985 (PEREIRA, 2011, p.166).

O agendamento da temática políticas sociais pelos meios de comunicação é crucial, em especial para a ampliação do debate em torno desta temática. Por meio de observações assistemáticas da cobertura política dos principais meios de comunicação, é possível identificar o destaque composto pela política partidária e à personalização das ações (CANELA, 2008b, p.25-26). Por sua vez as políticas públicas pouco são retratadas em páginas das editorias de política e acabam dispersas por outras editorias ou dependem da interpretação e capacitação dos jornalistas que constroem as notícias.

O presente artigo é composto por um estudo que observou como esse processo de agendamento das políticas sociais ocorre nos veículos de comunicação de Uberlândia/MG, em especial no veículo MGTV 2ª edição. O município, localizado na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui uma população estimada de mais de 650 mil habitantes<sup>6</sup>, sendo o segundo maior do estado e a quarta maior cidade do interior do Brasil (IBGE, 2014). Economicamente é o 29º município brasileiro com maior PIB (IBGE, 2011) e possui PIB Per Capita de R\$ 34.575,29 ocupando a 287ª posição entre os municípios brasileiros (IBGE, 2012). De acordo com uma Pesquisa da Organização das Nações Unidas que avalia as dimensões de educação, longevidade e renda, Uberlândia é o 71º com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013a; PNUD, 2013b) entre os 5.565 municípios pesquisados pelo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O referido estudo foi desenvolvido no âmbito da Conexões - Agência de Notícias de Políticas, Ciências e Educação, vinculada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia. A Agência, em fase de implantação, foi criada em 2015, através de uma

---

<sup>6</sup>Dados do IBGE registravam, em 2014, 654.681 habitantes, porém o município possui um grande número de uma chamada “população flutuante”, que não está registrada nas estatísticas.

parceria entre o Curso e o Programa PET Conexões e reúne estudantes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. O artigo é composto por dois momentos iniciais, no primeiro apresentam-se os conceitos e um breve histórico das Políticas Sociais e, no segundo, como o tema vem sendo abordado pela mídia, sobretudo a brasileira. Na sequência, apresentamos brevemente o desenho metodológico da pesquisa e os principais resultados encontrados.

## **1. POLÍTICAS SOCIAIS: CONCEITOS E (IN)DEFINIÇÕES**

As concepções de políticas sociais sempre perpassam por uma complicada transformação em cada Estado e governo na qual estão implicadas. Além disso, esse tipo de política possui uma natureza ambígua, que é tanto acadêmica quanto política (PEREIRA, 2011). Contudo, só é possível tratar de políticas sociais dentro de uma concepção específica de Estado, a saber, aquela no qual este se responsabiliza por garantir ao cidadão determinado conjunto mínimo de condições de proteção social. Dessa forma, antes de começar nossa exposição, é preciso explicitar que temos clareza de tais limites, por entendermos que “toda análise de processos e relações sociais, na verdade, é impregnada de política e disputa de projetos societários, apesar de algumas perspectivas analíticas [...] propugnarem de variadas formas o mito da neutralidade científica” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.25).

O nascimento das políticas tem vestígios no ideário do final do século XIX, mas se consolidam como prática a partir do pós-Segunda Guerra (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.32). Seus conceitos são inspirados nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, um liberal não ortodoxo, que pretendia minimizar a crise econômica de 1929-30.

Keynes destacou-se, sobretudo, por viabilizar tanto teórica, quanto politicamente uma saída para a crise que congregava desenvolvimento econômico a uma política de pleno emprego, em que os Estados Nacionais tinham uma intervenção direta nesta tarefa. Assim, de certa forma, a teoria keynesiana rompia com um dos preceitos bastante caros ao liberalismo clássico, que desde sua origem apregoava uma limitada intervenção do Estado. (BURGINSKI, 2013, p.22)

As ideias centrais que sustentavam a proposta de Keynes eram: a teoria do pleno emprego e da regulação social e econômica, um modelo de seguridade social, a revisão e ampliação do sistema de proteção social, e a teoria dos três direitos (civis, políticos e sociais) (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.32). Em síntese, ele previa “certas regulações do Estado para controle da economia e do mercado de trabalho [...] para manter o processo

global de acumulação de riqueza capitalista e fazer frente à crises econômicas e ameaças sociais” (FALEIROS, 2013, p.34).

De tal modo, é possível afirmar que as políticas sociais, dentro do Estado de Bem-Estar Social<sup>7</sup>, surgem em resposta às demandas de grupos sociais que são fruto da divisão extrema de classes resultante pelo capitalismo (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.33). Assim, mais do que atender a tal população, elas atendem a uma necessidade de equilíbrio que garante a manutenção da ordem nas sociedades capitalistas. Mas tal posição não é consensual entre os teóricos e resulta em uma série de polêmicas.

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. (HÖFLING, 2001, p.36)

Assim, para os Estados com inspirações liberais as políticas sociais são vistas apenas como “compensatórias”, ou seja, não visam modificar as estruturas sociais estabelecidas. Já em Estados com inclinações marxistas, as políticas sociais são entendidas como “direitos sociais”, construídos e conquistados pelos cidadãos. Acreditamos que essas diferentes concepções de Estado e, conseqüentemente, das relações estabelecidas a partir das políticas sociais, são perceptíveis também no discurso midiático, do qual trataremos no próximo tópico.

No Brasil, a preocupação com políticas sociais surge de modo mais contundente nos dois períodos de governo de Getúlio Vargas (1930-45 / 1951-54). Sem um capitalismo em estado avançado, porém, os motivos que levam ao seu estabelecimento foram regulamentar condições de trabalho e estabelecer uma burocracia do Estado (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.33). Durante algumas décadas, os avanços nesta área, embora significativos, voltaram-se prioritariamente para o trabalho e a educação.

Tal cenário começa a se modificar com o processo de redemocratização, após o final do regime de autoritarismo civil-militar (1964-85) e com a promulgação da Constituição de 1988.

---

<sup>7</sup> Vale a pena ressaltar que a identificação das políticas sociais com Estado de Bem Estar Social ou Welfare State não é consensual e direta. Há diversas controvérsias quanto a tal ligação. Para saber mais a respeito, ver: PEREIRA, 2008.

O processo de redemocratização da década de 1980 teve como um de seus marcos a Constituição Federal de 1988, especialmente no que diz respeito à ampliação do espaço da população brasileira em uma democracia representativa e participativa, bem como na garantia da proteção e dos direitos sociais. Esse momento político também foi marcado pelo reconhecimento, por parte do Estado, da importância da participação social para a organização, elaboração, gestão e execução das políticas públicas e sociais. (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.42)

Contudo, a mudança no governo brasileiro e a possibilidade de abertura para maior participação cidadã, trazida pela Carta Constitucional de 1988, bem como a busca por maior acesso aos direitos sociais, coincide com um período em que o modelo de Estado de Bem Estar Social era criticado internacionalmente, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a crise do petróleo. “Esse foi um dos fatores que [...] colaborou para que um modelo de Estado de Bem Estar Social não conseguisse realmente se efetivar no Brasil” (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.42-43).

Ouro fator a ser destacado diz respeito ao endividamento do país em decorrência das políticas desenvolvimentistas adotadas pelos governos ditatoriais, que repercutiram nas políticas econômicas que se desenharam ao final do regime.

Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988. [...] Na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos de na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.138).

Neste momento histórico, acredita-se internacionalmente na falência de um Estado de Bem Estar nos moldes até então adotados e retoma-se, renovando-o conceitual e semanticamente, um ideário liberal. Esse novo cenário leva a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), uma entidade multilateral, criada nos anos 1940 com incentivo do Fundo Monetário Nacional (FMI) para analisar e propor sugestões aos países latinoamericanos quanto aos seus encaminhamentos econômicos, a rever suas orientações sobre as políticas sociais (BURGINSKI, 2013). A partir dos anos 1990, suas “recomendações”, embora não ignorem o papel do Estado, reduzem bastante o alcance das suas ações.

Os traços semânticos da ortodoxia liberal são revelados nessas recomendações,

principalmente, ao delegar ao Estado o lugar da ineficiência, discurso intensificado profundamente na década de 1990. [...] Outra recomendação é a focalização que consiste em uma estratégia para direcionar as políticas sociais na perspectiva do ajuste. Trata-se de restringir a proteção social aos mais pobres, com o objetivo de combater a pobreza extrema. (BURGINSKI, 2013, p.33)

Diversos pesquisadores apontam mudanças sociais importantes que podem ser percebidas a partir dos anos 1990 no Brasil. A estabilidade econômica, a consolidação da democracia representativa e a inclusão social são algumas delas. No que diz respeito às políticas sociais, porém, vale ressaltar que as mudanças não caminham necessariamente na direção da ampliação de direitos como meta, mas na busca de equilíbrio de mercados.

As diretrizes na condução da política social apresentam fina sintonia com as recomendações dos organismos internacionais. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006*, do Banco Mundial, é explícito: a meta é a *equidade*, entendida enquanto igualdade de oportunidades de forma que respeite as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos. O ex-presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, considera que a ação pública deva visar a ampliar o conjunto de oportunidades para aqueles que têm menos voz e menores recursos e capacidades. Mas isso deve ser feito de forma que *respeite e aumente as liberdades individuais, bem como o papel do mercado na alocação de recursos*. (IAMAMOTO, 2009, p.39-40 – grifos no original)

De tal modo, apesar dos perceptíveis avanços na proposição e, até, implementação de políticas sociais no Estado brasileiro, é possível identificar desafios que devem ser considerados para o futuro. “O Estado brasileiro deve se assegurar para construir bases sólidas para manter a estabilidade conquistada, mas se pretendemos modificar a natureza e a abrangência das políticas sociais, precisamos de outro modelo de desenvolvimento [...]” (SARAIVA e CARVALHO, 2012, p.50). O principal desafio, portanto, é o estabelecimento de um novo pacto social, no qual a meta seja a efetiva ampliação dos direitos do cidadão, do qual decorreria um desenvolvimento humano que alavancaria o desenvolvimento econômico, e não o inverso.

## **2. A MÍDIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS: TERRITÓRIO DE CONFLITOS**

O jornalismo consiste em uma prática social através da qual instituições de variada complexidade informam à sociedade sobre os acontecimentos referentes a um determinado período de tempo. Essa atividade não é uma prática recente, vários registros de civilizações da Antiguidade relatam formas diferentes de produção e circulação da informação, entretanto, na emergência da chamada Idade Moderna, ela assume um conjunto específico

de características e determinadas funções que lhe conferem um papel de destaque nas organizações sociais.

Diversos autores se debruçaram sobre a questão da prática jornalística e propuseram diferentes formas de entender e analisar sua rotina produtiva. Tais questões centram o debate dos estudos sobre os emissores, especialmente na corrente que observa o *newsmaking*, explica Mauro Wolf (2003, p.181-182). A necessidade do estabelecimento de rotinas, para Wolf (2003), decorre de um conflito que permeia toda a prática jornalística: ocupar tempo e meios escassos com assuntos suficientemente relevantes para atrair o público. No presente estudo, interessa-nos mostrar como os procedimentos de seleção, que perpassam todo o processo produtivo da notícia, permitem também construir determinada agenda social junto ao público receptor.

Aos fatos apresentados pelo jornalismo dá-se o nome de “notícia”, um conjunto de elementos que são destacados do todo social e aos quais se confere importância suficiente para difusão em grande escala pelos meios de comunicação. Mário Erbolato fixa no interesse do público o grau de noticiabilidade de um fato, porém entende que há, ainda, da parte do veículo, um certo grau de imposição, já que os veículos devem mostrar ao público que esse deve ter interesse sobre o assunto.

As notícias são comunicações sobre fatos novos que surgem na luta pela existência do indivíduo e da própria sociedade. A imprensa investe capitais enormes, contrata jornalistas e técnicos dentro de sua área, para a função básica de informar. O noticiário deve ter utilidade pública para os leitores e influenciá-los pessoalmente, mostrando-lhes que devem ter um interesse no assunto divulgado. O maior número de leitores corresponde à melhor qualidade da notícia. (ERBOLATO, 2003, p.52)

Apesar de ainda depositar sobre o público leitor a decisão sobre a noticiabilidade, a posição de Erbolato (2003) expande o olhar para duas questões fundamentais: a possibilidade dos meios decidirem o que é notícia e, com isso, influenciarem a opinião pública sobre essa decisão. Essa posição do autor é respaldada por teorias da comunicação que postulam a influência da mídia sobre os receptores indicando sobre que assuntos eles devem pensar (*agenda setting*) e como devem pensar (*framing*). Em nossa pesquisa, nos debruçamos especialmente sobre a hipótese da *Agenda Setting*.

Proposta inicialmente no final dos anos 1960 em estudos desenvolvidos por pesquisadores da Escola de Chicago, liderados por Maxwell McCombs e Donald Shaw (MAINENTI, 2012; ROSSETO e SILVA, 2012),

A hipótese da *agenda-setting* não sustenta que a mídia tenta persuadir [...]. Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir [...] A asserção fundamental da *agenda-setting* é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa. (SHAW apud WOLF, 2003, p.143 – grifos no original)

Em outras palavras, o que sustenta tal hipótese é que os meios de comunicação de maneira geral influenciam seus públicos indicando os assuntos que devem pautar sua conversação cotidiana. Ao concordar com essa ideia, é possível afirmar que “os veículos noticiosos são mais do que simples canal de transmissão dos principais eventos do dia: constroem e apresentam ao público um pseudo ambiente que condiciona como o público vê o mundo” (MAINENTI, 2012, p.6). Seriam, de tal forma, os meios de comunicação os responsáveis por expor as pessoas a uma série de assuntos que, sem tal mediação, dificilmente seriam acessados.

Sendo, portanto, uma teoria sobre a transferência da saliência/proeminência das imagens dos meios de comunicação sobre o mundo às imagens da nossa cabeça (McCOMBS, 2009), a Agenda-setting é a compreensão de que grande parte da realidade social é fornecida às pessoas pelos media, logo se expõem assim suas opiniões. Além disso, os elementos enfatizados na agenda midiática acabam tornando-se igualmente importantes para o público. (ROSSETO e SILVA, 2012, p.101)

No presente artigo, interessa-nos demonstrar se e como os meios de comunicação da cidade de Uberlândia agendam as temáticas relativas às políticas sociais. No Brasil, há estudos sobre as políticas sociais e seu tratamento midiático, sobretudo em algumas temáticas específicas. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), por exemplo, em estudo de 2007, identifica que na cobertura dos 54 principais jornais diários do país no ano de 2005, entre as notícias que tratam da infância, apenas 16% aborda o tema pelo ponto de vista das políticas públicas (CANELA, 2008a, p.92-93).

Os pesquisadores apontam alguns avanços, com a lenta inserção de temas sociais na agenda midiática (MOTTA, 2008), mas não comemoram tais alterações, porque os enfoques de tais notícias ainda indicam um tratamento pouco voltado à contextualização humana e a apresentação de alternativas.

Apesar de todas as conquistas, as estatísticas seguem sendo desfavoráveis à cobertura destas temáticas. Pesquisa realizada pela ANDI (Agência de Notícias dos

Direitos da Infância, 2003), em 716 notícias veiculadas em 56 jornais brasileiros, revelou que a grande maioria deles publica, em média, cerca de uma matéria a cada dois dias sobre temas como pobreza e miséria, fome, desnutrição, exclusão, desigualdade, desenvolvimento humano, políticas compensatórias, assistencialismo, geração de renda e outros assuntos afins. Nos textos que tinham como foco essas questões, a ênfase estava no crescimento econômico como solução, não no desenvolvimento social e humano. Menos de 1% falava em desenvolvimento local, integrado e sustentável. (MOTTA, 2008, p. 334-335)

Em tal contexto, os meios de comunicação atuariam como elementos de manutenção de uma ordem estabelecida, na qual apenas as chamadas “anomalias” devem ser informadas.

Para essa concepção funcionalista, a sociedade é um organismo que tem partes doentes que precisam ser tratadas. À imprensa, caberia identificar o pedaço enfermo para que ele seja curado ou extirpado e, assim, salve o resto do corpo. [...] É natural, portanto, que a reduzida agenda da imprensa gravite sempre em torno dos mesmos temas e do mesmo tipo de enfoque, reverberando escândalos e denúncias, mas deixando de tocar em questões realmente importantes, justamente aquelas que são tão caras à agenda social. (CANELLAS, 2008, p.106)

Desse modo, entende-se que a mídia possui papel de destaque na ampliação do debate sobre as políticas públicas, sobretudo aquelas de voltadas ao âmbito social. Entre os defensores de tal ideia, a qual nos filiamos, considera-se que a mídia pode auxiliar:

- a. Contribuindo para o agendamento dos temas prioritários para o desenvolvimento humano;
- b. Atuando como instituição central no sistema de freios-e-contrapesos dos regimes democráticos, colaborando para que os governos (mas também o setor privado e a sociedade civil) sejam mais responsivos (“*accountable*”) na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- c. Informando, de maneira contextualizada, os cidadãos e as cidadãs de tal forma que estes possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos. (CANELA, 2008b, p.11-12)

Entende-se, ainda, que há necessidade de monitoramento da mídia no tratamento de tais temáticas, colaborando para que essa tenha caráter mais responsivo e dialógico com os atores sociais envolvidos e interessados (CANELA, 2008b).

### **3. METODOLOGIA E ANÁLISE**

O presente estudo, como já mencionado, propôs um mapeamento da temática políticas sociais nos veículos de mídia com produção jornalística no município de Uberlândia, com foco no veículo MGTV – 2ª edição. Para tanto, optamos pela utilização da

Análise de Conteúdo como método de pesquisa. A análise de conteúdo (AC), especificamente aplicada ao texto, “[...] faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2002, p.190).

No âmbito dos estudos de jornalismo, vale destacar que a AC é entendida como metodologia eficaz para uma série de observações, entre elas, a do agendamento midiático, na qual se encontra alicerçada a presente proposta. “Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”, conforme destaca Herscovitz (2007, p.123). A pesquisadora também frisa que esse método é eficaz para identificarmos os sentidos construídos, o que vai de encontro às críticas de que a Análise de Conteúdo resultaria em pesquisas com resultados quantitativos e superficiais.

No desenvolvimento do mapeamento proposto<sup>8</sup>, optamos por realizar dois momentos de análise. No primeiro, ao qual denominamos pré-teste, desenhamos um quadro metodológico com seis operadores de análise a serem observadas (editorias, fatos geradores, sujeitos mencionados, sujeitos ouvidos, abordagem e destaques), para aplicação a todas as edições coletadas no período de 25 a 29 de maio de 2015, identificando conteúdos jornalísticos que fizessem, tanto abordagem diretas, quanto indiretas às políticas públicas sociais.

Após análise dos resultados desse teste, realizou-se o ajuste no quadro metodológico (figura 01), que em sua versão final ficou com também com seis operadores de análise, tendo sido substituído o operador “editoria” pelo operador “temática” e sendo eliminada a observação de conteúdos indiretamente relacionados às políticas públicas sociais. A nova coleta de dados foi realizada no período de 15 dias consecutivos, nos quais foram analisadas 12 edições, nos dias 23 a 28 de novembro de 2015 e 30 de novembro a 05 de dezembro de 2015.

---

<sup>8</sup> Ressalte-se que o mesmo instrumental foi adotado para análise de outros veículos da mídia uberlandense, a fim de compor a pesquisa completa à qual este projeto está subsumido.

FIGURA 01: Quadro metodológico adotado na análise

Número total de matérias:	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (n°)	Sujeitos ouvidos (fontes -	Abordagem	Destaque s
<b>MATÉRIA 01:</b> (inserir título – ou chamada para o vt)	( ) Política ( ) Economia ( ) ( ) Comportamento ( ) ( ) Segurança		Representantes governamentais: Sociedade civil: Outros:	Representantes governamentais: Sociedade e civil: Outros:	( ) Positiva ( ) ( ) Negativa ( ) ( ) Neutra	( ) Sim ( ) Não

Fonte: Elaboração das autoras, baseada em pesquisa.

A partir da aplicação desse quadro na observação da análise de 12 edições do veículo MGTV – 2ª edição, os resultados obtidos foram sistematizados em um quadro que sintetiza nossas descobertas.

FIGURA 02: Quadro síntese dos resultados obtidos

Número total de matérias:	Temática	Fatos geradores	Sujeitos mencionados (n°)	Sujeitos ouvidos (fontes -	Abordagem	Destakes
<b>4</b>	2 – Política 2 – Saúde	Duas matérias ligadas diretamente ao serviço de saúde e saneamento básico. Sendo pautados problemas no atendimento municipal, e abertura do concurso para o SAMU em Uberlândia, como irá funcionar na região. Duas matérias trazendo decisões sobre repasse de verba para	6 – Representantes governamentais 2 – Sociedade Civil 1 – Outro	8 – Representantes governamentais 2 – Sociedade Civil 1 – Outro	0 – Positivas 3 – Negativas 1 – Neutras	3 – sim 1 – não

Fonte: Elaboração das autoras, baseada em pesquisa.

Cabe destacar, ainda, alguns elementos que chamam a atenção na cobertura que o MGTV realiza sobre as políticas públicas sociais no município de Uberlândia/MG. É possível observar o maior destaque relacionado ao jornalismo de serviços, que conta com

---

informes, detalhes sobre repasses de verba para programas municipais, abertura de concurso público e ações pontuais da prefeitura. Vale ressaltar que, dentro das temáticas de políticas públicas, a mais pautada com destaques pelo veículo, durante o período de observação, foi saúde e os serviços afins. De forma geral é possível observar a tendência a reproduzir os problemas apresentados, sendo a mídia atuante como observadora e reguladora da sociedade. Sendo a maioria dos destaques apresentadas com viés negativo.

Também nota-se a predominância da colocação de representantes governamentais como forma de legitimar as matérias, muitas vezes preterindo a observação da sociedade civil. Embora esta tenha sempre mais espaço em reportagens, nas quais as figuras públicas são omitidas (por falta de resposta ou conveniência dramática), como denúncias ou eventos pontuais.

Como observadoras do veículo mencionado, ressaltamos o estranhamento da falta de notícias relacionadas às políticas públicas de educação. Uma vez que estas compõem juntamente a saúde, o carro chefe das políticas sociais municipais, suposição baseada na quantidade de programas atualmente listados pelo site da prefeitura de Uberlândia. Embora, a cobertura jornalística não precise acompanhar a lógica dos órgãos públicos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme pontuado logo no início deste artigo, a cobertura de políticas públicas sociais usualmente não compreende os destaques na mídia brasileira e, em sua maioria, se encontra dispersa entre as mais diversas editorias. A observação sistemática realizada sobre duas semanas do telejornal MGTV – 2ª edição corrobora a dispersão da temática social em diversas editorias e começa a situar de qual forma as políticas públicas são agendadas na mídia uberlandense.

Percebemos durante o processo de composição deste artigo em especial do monitoramento, que a inserção das políticas sociais no telejornal regional se dá de acordo com ações governamentais datadas e simplificadas ou em decorrência a discussões maiores, nas quais essas (políticas sociais) entram na linha de consideração, contudo sem dissecá-las como objeto noticioso específico.

É preciso ressaltar que, embora nosso objetivo no presente estudo tenha sido mapear como os meios de comunicação do município de Uberlândia/MG agendam o tema políticas públicas, acreditamos que os resultados obtidos poderão apontar ainda para outros desdobramentos. Acreditamos e esperamos contribuir para que tais resultados ajudem a refletir sobre as políticas sociais e suas coberturas, estabelecendo um olhar mais crítico da sociedade sobre a mídia e, quem sabe, um fazer mais reflexivo do jornalismo pelos

---

veículos.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George. (orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático**. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis : Vozes, 2000, pp. 189-217.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 9.ed. São Paulo : Cortez, 2011.

BURGINSKI, Vanda Micheli. *As recomendações da CEPAL e a Política Social na América Latina no século XXI*. In: CARIAGA, Maria Helena; SCHEFFER, Graziela; BURGINSKI, Vanda Micheli. **Políticas sociais, práticas & sujeitos: prismas da atualidade**. Campinas : Papel Social, 2013, pp.21-36.

CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. *A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 10-30.

CANELLAS, Marcelo. *Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 104-114.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo – Redação, Captação e Edição no Jornal Diário**. São Paulo : Ática, 2003. Série Fundamentos.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social?** 5.ed. São Paulo : Brasiliense, 2013. Col. Primeiros Passos, n. 168.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis : Vozes, 2007 (Coleção Fazer Jornalismo).

HÖFLING, Eloísa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. **Caderno Cedes, ano XXI, n. 55, pp.30-41, novembro/2001**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acesso em: 10 dez 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Estados, classes trabalhadoras e políticas social no Brasil*. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 2009.

---

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2011**. 2011. Disponível em:  
[ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2011/pdf/tab01.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/pdf/tab01.pdf) Acesso em: 10 abr 2015.

\_\_\_\_\_. **Cidades @ - Uberlândia**. 2012. Disponível em:  
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317020&idtema=134&se arch=minas-gerais> Acesso em: 10 abr 2015.

\_\_\_\_\_. **Estimativas Populacionais para os Municípios Brasileiros em 01.07.2014**. 2014. Disponível em:  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa\\_dou.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm)  
Acesso em: 10 abr 2015.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. *A teoria da Agenda: a Mídia e a Opinião Pública*. In: **IX POSCOM – Seminários dos Alunos da Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Rio**. 2012. Disponível em: <http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2012/12/2-Geraldo-M%C3%A1rcio-Peres-Mainenti.pdf> Acesso em 13 mar 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística*. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas Públicas Sociais e os desafios para o jornalismo**. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância / Cortez Editora : São Paulo, 2008b, pp. 333-342.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social – Temas & Questões**. 3.ed. São Paulo : Cortez, 2011.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010**. 2013a. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx> Acesso em: 18 abr 2015.

\_\_\_\_\_. **Atlas Brasil 2013: Tabelas Complementares para Avaliação dos Municípios Brasileiros**. 2013b Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3750> Acesso em: 18 abr 2015.

ROSSETTO, Graça P.N; SILVA, Alberto Marques. *Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?* **Revista InTexto**, Porto Alegre : UFRGS, n.26, pp.98-114, jul 2012.

SARAIVA, Flávio Mesquita; CARVALHO, Fátima Franco Oliveira. *Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo, reforma do Estado e subordinação das políticas sociais à política econômica*. In: GANEV, Eliane; SARAIVA, Flávio Mesquita; VIEIRA, Sílvia Valéria (org.). **Políticas Sociais: percursos e desafios interdisciplinares**. São Paulo : Terracota, 2012, pp.31-52.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Col. Leitura Crítica).